

Comissão do ADURN-Sindicato - Minuta de Carga Horária Docente

Dárlio Inácio, Isabelle Mendes, Isaura Brandão e Thales Penha

Síntese das Contribuições Docentes por Tema

Artigos 6 e 38 – Inovação tecnológica

Críticas:

- Inovação não deveria ser listada separadamente de pesquisa e extensão.
- Falta de regulamentação clara nos normativos federais para sua inclusão formal.

Proposta:

Supressão do item da resolução (Fórum CCET).

Artigos 11 e 12 – Retribuição pecuniária

Críticas:

- Redação confusa.
- Necessidade de ajuste legal e de observância das normativas mais recentes (citada na Resolução Conjunta 001/2022).

Propostas:

- Inserir explícita previsão para retribuição por produção intelectual comercializada, como videoaulas.
- Encaminhar a redação para o jurídico para análise da legalidade (encaminhar redação sobre o que o DE pode desenvolver).

Artigos 19 e 20 – Carga horária mínima obrigatória de ensino

Críticas:

- CH mínima de 4h na graduação (parágrafo 3º do art. 19) desvaloriza atividades na pós.
- Falta de distinção entre ensino de graduação e estratégias de ensino diferenciadas no EBTT e pós.

Propostas:

- Rever obrigatoriedade de carga mínima na graduação.
- Avaliar impacto sobre gestão de pessoal e aposentadoria (art. 20, §5º e art. 3º, §2º, III).

Artigo 24 – Carga horária mínima de 20h/aula para docentes sem outras atividades

Críticas: A imposição de um mínimo de 20h/aula semanais a docentes que não desempenhem atividades de pesquisa, extensão, gestão ou inovação foi amplamente criticada como uma forma de institucionalizar a precarização do trabalho docente.

Propostas:

- Supressão do artigo (Fóruns FACISA, CAICÓ, CCSA, FELCS, CCET, Odontologia).
- Alterar "mínimo" para "máximo" (sugestão do Fórum CCET).
- Criar um parágrafo alternativo para permitir que o Departamento atribua outras atividades em substituição às aulas (Fórum CCSA).
- Incluir exceções para mães, PcDs, docentes com carga elevada de orientação ou ensino em condições desfavoráveis.

Artigo 27 – Carga horária compartilhada

Críticas:

- Falta de sensibilidade à realidade colaborativa de muitas atividades docentes (co-orientações, co-ministração de aulas).
- Atribuição de CH exclusivamente com base na frequência pode ser inviável e injusta.

Propostas:

- Supressão do artigo ou reformulação com diretrizes claras.
- Inserir exceções para práticas coletivas (pós-graduação, clínicas, metodologias ativas).
- Considerar CH compartilhada quando docentes atuarem conjuntamente.

Artigos 45 a 48 - PID e RID

Críticas:

- Processo de elaboração e homologação dos planos excessivamente burocrático.
- Carga excessiva sobre chefias.

Propostas:

- Permitir flexibilidade na elaboração do PID ou excluir.
- Facilitar e simplificar os mecanismos de homologação e registro no SIGAA.

Artigos 51 e 52 - Transparência e exposição pública

Crítica: Suposta obrigatoriedade de divulgação pública de PID/RID como exagero interpretativo do Acórdão TCU 2729/2017.

Proposta: Supressão dos artigos 51 e 52 por extrapolarem o que determina o acórdão.

Inclusão de atividades não contempladas no documento (trabalho invisível)

Propostas:

- Contabilizar carga horária de deslocamento entre municípios.
- Turmas com mais de 60 alunos (ECT)
- Reconhecer esforço adicional com estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE).
- Contabilizar estudo individualizado como parte da CHD.
- CH extensionistas (curricularização da extensão)
- CH específica para mães, adotantes, docentes PcD ou com condições crônicas.
- CH de estágio precisa ser ajustada à realidade dos cursos (como Fisioterapia e Odontologia / cursos técnicos e EBTT).

Considerações Finais

Há insatisfações em relação aos seguintes pontos:

1. A imposição de carga horária mínima de aula para docentes sem projetos (art. 24), vista como instrumento de precarização e como forma de culpabilização institucionalizada (principalmente nos casos dos docentes ingressantes e em período de aposentadoria).
2. Exclusão de realidades docentes específicas, especialmente em relação a: Estudantes com necessidades educacionais específicas; Deslocamentos intermunicipais; Docentes em fim de carreira; Docentes mães, PcDs ou com enfermidades.
3. Descompasso entre o texto proposto e a prática pedagógica em áreas como saúde, educação básica, técnica e tecnológica e pós-graduação.